



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000160-66.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**
Requerente: **Valdemir Ramires**
Requerido: **Celia Maria Dibo Favoretto - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação de cobrança alicerçada em cheque cuja emissão foi reconhecida pela ré, registrando-se desde já que, como a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* arguida pela ré se entrosa com o mérito da causa, será como tal apreciada.

A ré em contestação alegou que a cártula em apreço foi dada para pagamento de serviços de serralheria que havia contratado, os quais não se concluíram.

O autor percebe-se claramente apresenta-se como terceiro em face da relação jurídica de origem, cuja boa-fé é presumida e não foi refutada por elementos consistentes.

A jurisprudência sobre o tema é assente:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“Declaratória de inexigibilidade. Cheque. Apontamento a protesto por terceiro. Negócio subjacente. Pagamento de prestação de serviços parcialmente realizados. Irrelevância na espécie. Circulação do título que impede a oposição das exceções pessoais ao terceiro de boa fé. Art. 25 da Lei do Cheque. Princípio não modificado pelo Código de Defesa do Consumidor. Recurso improvido” (Apelação nº 9111035-31.2008.8.260000, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ERSON T. OLIVEIRA**, j. 25.04.2012 – grifei).*

*“Ação de anulação de títulos de crédito e medida cautelar de sustação de protesto – Hipótese de aplicação do princípio da inoponibilidade das exceções pessoais a terceiro de boa fé – Inexistência de provas de que o réu, ao receber o cheque, tenha agido com má-fé – Caso em que não há notícia da presença de irregularidade formal na cártula, tampouco a autora nega a sua emissão – Sentença reformada – Recurso provido” (Apelação nº 9219764-59.2005.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RENATO RANGEL DESINANO**, j. 25.04.2012 – grifei).*

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, não tendo a ré sequer arguido concretamente a má-fé do autor.

Aludiu de passagem à entrega de cheques que emitira a agiotas e a fornecedores daquele que os tinha recebido, sem detalhar com a indispensável precisão em que categoria estaria o autor.

Outrossim, em momento algum de forma concreta imputou ao autor ter obrado de má-fé e, como se não bastasse, em que aspectos objetivos ela se teria manifestado.

Esse cenário conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, até porque se porventura houve desacertos entre a ré e o beneficiário do título isso evidentemente não projeta reflexos ao autor ou afeta sua esfera jurídica.

Bem por isso, a postulação vestibular prospera, afigurando-se despiciendo o alargamento da dilação probatória porque nada acrescentaria ao panorama já extraído da peça de resistência.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 29 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**